**AVISO**

**DISPENSA ELETRÔNICA, EM RAZÃO DE VALOR Nº. 005/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 006/2025**

**1 - PREÂMBULO:**

**1.1 A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS - NAVIRAÍPREV**, sito a **Avenida Amélia Fukuda, 170 - Centro** por meio do Sr. **Moisés Bento da Silva Júnior**, Diretor-Presidente, Decreto Municipal nº 61/2024, autarquia municipal, torna público, por intermédio da figura do Agente Público instituído pela Portaria nº.06 de 29 de fevereiro de 2024, autuará os documentos e a proposta para a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM RAZÃO DE VALOR,** eserá processado e julgado de conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, e Decretos Municipais nº. 007 de 12 de janeiro de 2024, Art. 7º, 034 de 10 de março de 2023;

**1.2** Os trabalhos serão conduzidos por pessoa física capacitada, denominado (a) Agente Público, mediante a inserção e monitoramento constante da página eletrônica https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1 “Acesso Identificado”.

**1.3** Recebimento das propostas das **08h00min** do d**ia 15/08/2025** até as **09h00min** do dia **15/08/2025** (horário de Brasília).

* Abertura e julgamento das propostas **09h01min** do dia **15/08/2025** (horário de Brasília),
* Início da sessão de disputa de preços às **09h30min** do dia **15/08/2025** (horário de Brasília).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço**

**1.3.1 REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF).**

**2 - OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM RAZÃO DE VALOR:**

* 1. O objeto da presente Dispensa de Licitação, em Razão de Valor é o **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS - NAVIRAÍREV** com as características descritas no anexo 01**.**

**2.2 Do Valor estimado ou valor máximo aceitável aplica-se nesta modalidade o que dispõe o Art. 75 Inciso I e II da Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021:**

* **VALOR MÁXIMO** estimado para a contratação: **R$ 14.483,74 (quatorze mil, quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos).**

**2.2.1** Caso as interessadas queiram **conhecer os valores máximo aceitável de cada item** constante no aviso, os mesmos deveram apreciar o **Mapa Comparativo de Preços**, nos termos da alínea “i” do inciso XXIII da Lei 14.133/2021, documento ***Anexo III***, a esse instrumento.

**2.3** A estimativa de quantidade mínima e máxima e a discriminação detalhada do objeto deste aviso constam no Termo de Referência, **Anexo I**, qual faz parte integrante deste Aviso.

**3 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

**3.1** - A Dispensa de Licitação, em Razão do Valor, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases por meio do Sistema de Dispensa, na Forma Eletrônica (Dispensa de Licitação, em Razão do Valor) da **Bolsa de Licitações e Leilões BLL**.

**3.1.2** - O requerimento solicitando Vistas ao Processo deverá ser entregue na NAVIRAÍPREV e tal possibilidade apenas poderá ocorrer presencialmente.

**3.2 - FORMALIZAÇÕES DE CONSULTA/ENCAMINHAMENTOS:**

**3.2.1** Todos e qualquer solicitação de esclarecimento e ou impugnação deverá ser realizado via plataforma. Não será reconhecido nenhum documento encaminhado por outro endereço. Os documentos para impugnação/esclarecimento deverão ter o **mínimo de formalidade processual**, sendo necessária a qualificação do interessado, (nome, CNPJ/CPF, endereço, endereço eletrônico e telefone de contato). O prazo para oferecer impugnação ao edital de Dispensa de Licitação, em Razão do Valor por irregularidade na aplicação da Lei, ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, deverá ser protocolado o pedido em até 2 (dois) dias úteis antes da data de abertura do certame. E administração deverá promover a resposta e divulga – lá em sítio eletrônico oficial, no prazo de 1 (um) dia útil, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame. (Art. 164, 14.133/2021).

**4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

**4.1** Poderão participar desta Dispensa de Licitação, em Razão do Valor todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas **em comércio varejista**, credenciadas para objeto desta Dispensa de Licitação, em Razão do Valor e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

**4.2** Poderão participar desta Dispensa de Licitação, em Razão do Valor as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões BLL.

**4.3** É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

**4.4** Não poderá participar da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor as empresas que estiverem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou que, esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

**4.4.1** Pessoa Jurídica que se encontre, ao tempo da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**4.4.2** Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.4.3** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor ou da execução do contrato (a) agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. As vedações de que trata, estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica. conforme **§[§ 1º, 2º do art. 9º da Lei nº 14.133 de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art9§1).**

**4.4.4** O impedimento de que trata o item 4.4.1 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**Parágrafo único -** As Empresas que estiverem em processo de recuperação judicial, mediante apresentação de Autorização emitida pelo juízo competente, poderá participar da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor.

**4.5 -** O interessado deverá estar credenciado, de forma direta, por meio de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no aviso para o encerramento do recebimento das propostas.

**4.6 - O cadastramento do interessado deverá ser requerido no site: <https://bll.org.br/cadastro/>**

**4.6.1 -** Os interessados que tiverem quaisquer dúvidas em relação ao acesso no sistema operacional, poderão esclarecê-las ou por meio de uma empresa associada ou pelos telefones: Pinhais-PR (41) 3097-4600 ou (41) 3148-9870, ou por meio da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br)

**4.6.2 -** A participação na Dispensa de Licitação, em Razão do Valor, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

**4.6.3 -** Caberá ao fornecedor **acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Dispensa Eletrônica**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema ou da desconexão do seu representante;

**4.6.4 -** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou por meio de uma empresa associada ou pelos telefones: Pinhais-PR (41) 3097-4600, por meio da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br)

**4.7 – CREDENCIAMENTO – NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:**

**4.7.1 -** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão credenciar-se junto à plataforma Bolsa de Licitações e Leilões, nos termos que exigidos pela lei e nas normas administrativas da empresa para operar no site: <https://bll.org.br/cadastro/>

**4.7.2 -** A participação dos interessados na dispensa eletrônica se dará por meio de participação direta ou por meio de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Aviso.

**4.7.3 -** O acesso do operador a dispensa eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do interessado, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**4.7.4 -** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações e Leilões.

**4.7.5 -** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.7.6 -** O credenciamento do interessado e de seu representante, junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes da dispensa eletrônica.

**4.8 - DO CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA BLL (Bolsa De Licitações e Leilões):**

**4.8.1 –** Existe um valor cobrado somente do interessado pela utilização do Sistema, o qual corresponde a uma taxa variável. Esta taxa é cobrada somente dos Participantes vencedores das Dispensas Eletrônicas. As condições de cobrança seguem nos parágrafos abaixo:

**§ 1º.** Em Dispensas Eletrônicas nas quais o Promotor não opta por finalidade de Registro de Preços o formato de cobrança para os licitantes serão de 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do Lote Adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.

**§ 2º.** Em Dispensas Eletrônicas nas quais o Promotor opta por finalidade de Registro de Preços o formato de cobrança para os licitantes serão de 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do Lote Adjudicado, com vencimento parcelado mensalmente (número de parcelas equivalentes ao número de meses do Registro de Preço), emissão da primeira parcela em 60 (sessenta) dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.

**§ 3º.** Em Dispensas Eletrônicas de Lances por Maior Desconto e para finalidade de Registro de Preço ou Aquisição, o formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Lote empenhado, com vencimento em 15 dias após o levantamento dos empenhos, limitado ao teto máximo de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.

**4.8.2 -** O não pagamento das cobranças mencionadas nos artigos acima, sujeitam o Interessado ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e outros) e cadastro dos inadimplentes da BLL, além da automática desativação do Licitante e todos os seus acessos.

**4.8.3 -** Em caso de cancelamento da Dispensa Eletrônica realizada no Sistema pelo Promotor (comprador), o Interessado vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

**Parágrafo único -** Para melhores esclarecimentos acessar o endereço eletrônico: <https://bll.org.br/wp-content/uploads/2021/02/REGULAMENTO-BLL.pdf>

**4.9 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:**

**4.9.1 -** O certame será conduzido pelo (a) Agente Público, que terá, com as seguintes atribuições:

**a)** responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

**b)** abrir as propostas de preços;

**c)** analisar a aceitabilidade das propostas;

**d)** desclassificar propostas indicando os motivos;

**e)** conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha de proposta aceitável;

**f)** verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

**g)** declarar o vencedor;

**h)** receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

**i)** elaborar a ata da sessão;

**j)** encaminhar o processo à autoridade superior para ratificar/homologar, a autorização para a contratação;

**k)** abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

**5 - PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO:**

**5.1 -** O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Aviso. O Interessado será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**5.2 -** No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, informadas no campo próprio, o VALOR, a não inserção desta informação, implicará a DESCLASSIFICAÇÃO da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

**Obs.:** O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no (**ANEXO I e II)**, não haverá possibilidade de aceitação em objeto divergente.

**5.3 -** A validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão, conforme §3º, art. 56 Decreto Municipal 21/2023.

**5.4 -** Na hipótese do interessado ser, ME/EPP, o sistema importa esse regime dos dados cadastrais da empresa, por isso é importante que essa informação esteja atualizada por parte do interessado sob pena do interessado enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

**5.5 - É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES INTERESSADOS NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE DE LANCES DA DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM RAZÃO DE VALOR.**

**5.5.1 -** Diante da impossibilidade de reconhecer os interessados na fase de lance o (a) Agente Público  **não** atenderá nenhum interessado por telefone e-mail ou qualquer meio de comunicação que não seja a plataforma. Toda e qualquer tentativa de comunicação por outro meio que não seja a plataforma, será ignorada pela agente público.

**6 – PROPOSTA ELETRÔNICA RECEBIMENTO E ABERTURA:**

**6.1 -** O interessado deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

**6.2 -** O valor deve ser apresentado na **plataforma**, obedecendo regularmente os campos para preenchimento. Contendo todas as informações exigidas no referido formulário eletrônico (valor unitário e marca/modelo), constando o preço do item, expresso em reais (R$), com até 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário. Em caso de alguma divergência de valor, prevalecerá o disposto na plataforma.

**6.3 -** Os valores oferecidos deverão obedecer às seguintes observações**:** valor unitário do objeto

licitado deve ser calculado contendo todos os custos necessários, bem como todos os impostos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, garantias e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

**6.4 – Abertura - Da Proposta Eletrônica E Formulação Dos Lances**

**6.4.1 -** A partir do horário previsto no aviso e no sistema, terá início a sessão pública d Dispensa de Licitação, em Razão do Valor, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o (a) agente público a avaliar a aceitabilidade das propostas conforme disposto nos Anexos I e II.

**6.4.2 -** Aberta à etapa competitiva, os representantes das empresas **deverão estar conectados** ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**6.4.3 -** Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

**6.4.4 -** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.4.5 -** Fica a critério do (a) agente público a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, durante a disputa de lances, **não é possível corrigir lances após encerrada a fase de lances.**

**6.4.5.1 –** Fica a critério do (a) agente público a autorização da exclusão do lote que não atenda as especificações constantes nos Anexos I e II. Tal conduta só será avaliada a partir de solicitação devidamente motivada, e apenas será realizada após diligência da equipe de apoio e comprovada a condição justificada.

**6.4.5.2 -** Durante o transcurso da sessão pública os interessados serão informados, em tempo real, do valor da menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais interessados.

**6.5 -** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o agente público (a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecerem acessíveis as empresas, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.6 -** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) agente público persistir por tempo superior a **10** (**dez) minutos,** a sessão pública será suspensa. O (a) agente público terá um prazo de até 24 (vinte quatro) horas, para notificar aos participantes via sítio eletrônico, de qual será a data e horário para reinício da sessão.

**6.7 -** No modo de disputa **ABERTO[[1]](#footnote-0)**, de que trata o art. 56, Lei **14.1333/2021**, a etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

**a)** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**b)** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida na alínea “a”, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**c)** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos da alínea “a”, o (a) agente público poderá, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

**6.7.1 -** Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

**6.7.2 -** Após a etapa de envio de lances haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**6.7.3 -** Seguido da aplicação do critério permanecendo a condição de empate, o critério de desempate seguirá a ordem estabelecido do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, se não houver interessado que atenda à primeira hipótese.

**6.7.4 -** O sistema informará a **melhor** proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão do (a) agente de público acerca da aceitação do lance **da melhor oferta**.

**7 -** Os documentos relativos à habilitação, deverão ser fixados na plataforma em campo próprio.

**7.1 -** Se a **proposta ou melhor lance** não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Agente Público examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Aviso. Também nessa etapa o (a) agente público poderá negociar com o participante para que seja obtida melhor oferta, aceitável.

**7.2 -** Caso não sejam aceitáveis os lances, serão verificados a conformidade de outra proposta melhor classificada, constatado que, os valores estão em conformidade com o valor orçado/autorizado pela Administração, o mesmo será classificado para a empresa.

**7.3 –** Caso não sejam apresentados lances, serão verificados a conformidade da proposta melhor classificada, constatado que, os valores estão acima do valor orçado/autorizado pela Administração, o lote será DESCLASSIFICADO.

**8** – **CRITÉRIOS DE JULGAMENTOS:**

**8.1 -** Para julgamento será adotado o critério de “**MENOR PREÇO**”, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

**8.2 – Dos Critérios de Avaliação de Propostas:**  As empresas que desejam concorrer devem apresentar a lances compatível com mercado, estar aberto a negociação, em casos em que o valor da proposta “lance” for superior ao valor estabelecido pela administração, nos termos da pesquisa de mercado, oferecer lance dentre de suas possibilidades, além de apresentar toda a documentação necessária requerida em aviso, durante toda a vigência dos contratos originários deste.

**9 – TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**9.1** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**9.1.1** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no **ano-calendário de realização da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor**, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte[[2]](#footnote-1).

**9.2.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**9.2.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**9.2.2** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**9.2.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**9.2.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**9.2.5** Caso o interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com Edital.

**9.2.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente Público (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**9.3** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**9.3.1** Contiver vícios insanáveis;

**9.3.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**9.3.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**9.3.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**9.3.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**9.3.6** No caso de bens e serviços em geral, e indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**9.3.7** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**9.3.8** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

**9.3.9** Que o custo do interessado ultrapassa o valor da proposta; e

**9.3.10** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**9.3.11** Caso o custo global estimado do objeto tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o interessado classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.4** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá́ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**9.4.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**9.4.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**9.4.3** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**10** – **DOCUMENTOS DAS FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO[[3]](#footnote-2):**

**10.1 -** **Apresentar formulário de proposta**:

**10.1.1** - **Ser apresentada no campo próprio formulário** contido no instrumento convocatório, **(Anexo II),** ou em formulário próprio que deverá ser digitado eletronicamente, contendo as mesmas informações exigidas no referido formulário, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima;

**10.1.2** – O **formulário de proposta obrigatoriamente** deve, ser preenchido com as informações idênticas as oferecidas no formulário eletrônico valor unitário e planilha de composição de custos (anexo.)

**10.1.3 -** Indicar a razão social da empresa interessada, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente fornecerá o objeto da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), se houver;

1. Indicar ainda os dados de quem **assinará** o contrato: Nome completo, Cargo e/ ou Profissão.

**10.2** – **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**10.2.1 -** A documentação deverá ser apresentada de acordo com o disposto neste aviso e conter, obrigatoriamente, todos os requisitos abaixo, sob pena de **INABILITAÇÃO**:

**10.2.2 -** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação dos interessados detentores das propostas classificada em primeiro lugar, para cada um dos itens, o (a) Agente Público efetuará diligência dos interessados, pessoa jurídica, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>). Para verificar eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**10.2.3 -** A empresa deverá **fixar em plataforma** em campo próprio, para posterior análise do (a) agente Público:

**10.3 -** **Documentação relativa à regularidade jurídica:**

**10.3.1 Cópia da documentação**, observando a compatibilidade do objeto licitado, conforme o caso:

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, (caso o contrato social em vigor não apresente o nome do sócio administrador e o ramo de atividade da empresa, ela deverá apresentar também a alteração que contenha estes dados).
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

**10.3.2 Cópia do documento** de identificação dos sócios representantes legais da empresa, podendo ser:

1. Carteira de identidade emitida por órgãos de identificação;
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
3. Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
4. Carteira de identidade profissional expedida por órgãos fiscalizadores de exercício de profissão regulamentada (OAB, CRC, CRM, CRA, CREA etc.);
5. Documento de identificação militar;
6. Passaporte;

* Caso o documento apresentado **não** conste o nº e CPF, o documento **DEVERÁ** **ser apresentado.**

**10.3.3** Procuração pública ou particular do representante legal da empresa, comprovando os poderes para representar comercialmente da empresa **(Quando for o caso);**

**10.3.4 Declaração assinada** por quem de direito, que **não emprega menores de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo do **Anexo VII** deste edital;

**10.3.5 Declaração** de que **NÃO possui impedimentos previstos no Art.7º, III na lei 14.133/2021.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação para fornecimento de bens, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Prefeitura Municipal de Naviraí/MS), conforme modelo constante no **(Anexo IX)**

**10.3.6 Declaração** de Comprometimento de que cumpre as exigências de reserva de **cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas; **(Anexo X).**

**10.3.7** **Declaração** de que suas **propostas econômicas** compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; **(Anexo XI)**

**10.3.8** **Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP.,** firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06 e § 2ºdo Art. 4º da Lei 14.133/2021, com data de emissão não superior a **30 (trinta) dias** da abertura da licitação; **(Anexo XII).**

**10.4 -** **Documentação relativa à regularidade técnica:**

**10.5 -** **Documentação relativa à regularidade fiscal e social e trabalhista:**

**10.5.1 Prova** de inscrição do **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica** (CNPJ), da mesma licitante que participará desta dispensa, bem como, faturar e entregar o objeto licitado;

**10.5.2 Prova** de Regularidade para com a **Fazenda Federal** por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

**10.5.3** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante (empresa) por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa;

**10.5.4 Certificado** de Regularidade do **FGTS (CRF),** emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;

**10.5.5 Prova** de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º. de maio de 1943 ([www.tst.jus.br/certidão](http://www.tst.jus.br/certidão));

# 11. DOS RECURSOS

**11.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação da Dispensa de Licitação, em Razão de valor, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

**11.3.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.3.2** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;

**11.3.3** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.3.4** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data da ata de julgamento.

**11.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (Art. 164, § 2º).

**11.6** Os recursos interpostos fora do prazo **NÃO** serão conhecidos.

**11.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais interessados será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **BLL COMPRAS (<https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=0>)**

**11.11 -** Constatando o atendimento das exigências fixadas no Aviso e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou melhor lance**.**

# 12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES[[4]](#footnote-3)

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente Público durante o certame;

**12.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**12.1.2.1** Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Aviso.

**12.1.3** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**12.1.3.1** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**12.1.4** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**12.1.5** Fraudar a Dispensa de Licitação, em Razão do Valor;

**12.1.6** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.6.1** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.6.2** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.7** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor.

**12.1.8** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**12.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1** Advertência;

**12.2.2** Multa;

**12.2.3** Impedimento de contratar;

**12.2.4** Declaração de inidoneidade para contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.3.2** As peculiaridades do caso concreto;

**12.3.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.3.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**12.3.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4** **[[5]](#footnote-4)**A multa será recolhida em percentual de ***0,5%*** a ***30%*** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.4.1** Para as infrações previstas dos itens 12.1.1 a 12.1.3, a multa será de ***0,5%*** a ***15%*** do valor do contrato.

**12.4.2** Para as infrações previstas dos itens 12.1.4 a 12 .1.6, a multa será de ***15%*** a ***30%*** do valor do contrato.

**12.5** **[[6]](#footnote-5)**As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7** **[[7]](#footnote-6)**A sanção de impedimento de contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas dos itens **12.1.4 a 12.1.6**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade**, pelo **prazo máximo de 3 (três) anos.**

**12.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas dos itens **11.1.4 a 11.1.8,** bem como pelas infrações administrativas previstas dos itens 11.1.1 a 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **12.1.3.1**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**12.10** **[[8]](#footnote-7)**A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14** A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

# 13. DO CONTRATO

**13.1** Homologado o resultado da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor o interessado mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Contrato/ou instrumento equivalente, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2** O prazo de convocaçãopoderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**13.2.1** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**13.2.2** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**13.3** O Contrato será assinado por meio de assinatura digital ou assinatura física (presencial) e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**13.4** Será formalizada o Contrato com todos os itens homologados do processo com a indicação dos vencedores, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**13.5 O contrato, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do mesmo.**

**13.6** **[[9]](#footnote-8)**A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**13.7** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.8** A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser realizados única e exclusivamente de forma eletrônica, pelo seguinte meio <https://bllcompras.com/PROCESS/PROCESSSEARCHPUBLIC?PARAM1=1>

**13.9** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.9.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) agente de público, nos autos do processo de Dispensa de Licitação, em Razão do Valor/ (a) Agente Público.

**13.10** Acolhida a impugnação, que gere eventuais modificações no aviso, implicarão em nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

# 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente Publico.

**14.3** Todas as referências de tempo no Aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.4** A homologação do resultado desta Dispensa de Licitação, em Razão do Valor não implicará direito à contratação.

**14.5** As normas disciplinadoras da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6** Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo Dispensa de Licitação, em Razão do Valor.

**14.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**14.10** O Aviso e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp) e na plataforma eletrônica de julgamento https://bllcompras.com/PROCESS/PROCESSSEARCHPUBLIC?PARAM1=1

# 15 – FORMALIZAÇÃO DO INTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO OU SIMILAR

# 15.1 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO:

1. **Após a homologação/ratificação do resultado, será a detentora da proposta aceitável será notificada via plataforma.** Quando o interessado **residir** no município de NAVIRAÍ-MS, será convocado para **assinatura presencial**. Já quando o interessado **residir fora** do município de Naviraí, o documento **será** enviado por mecanismos eletrônicos, sendo assim, **será** aceito assinatura digital compatível com a **ICP BRASIL**.
2. A Contratada terá o **prazo de 03 (três) dias para assinar o Contrato que, terá vigência informado no instrumento em anexo.**
3. **Documento equivalente Autorização de Compra/Ordem de Serviço para o fornecimento dos objetos desta Dispensa de Licitação, em Razão do Valor.**

**15.2 - A Contratada terá 06 (seis) dias para** efetuarem o cadastro no TCE/MS, em conformidade com a Resolução 065/2017.

**15.2.1** - O cadastro deverá ser feito no endereço eletrônico **[https://ww4.tce.ms.gov.br/ecjur/Login/Login?ReturnUrl=%2f#/cadastro/cpf](https://ww4.tce.ms.gov.br/ecjur/Login/Login?ReturnUrl=%2F" \l "/cadastro/cpf)**

**16** – **DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**16.1 -** A presente Dispensa de Licitação, em Razão do Valor não importa necessariamente em contratação, podendo a NAVIRAÍPREV revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A NAVIRAÍPREV poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**16.2 -** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis**.**

**16.3 -** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**16.4 -** As decisões referentes a esta Dispensa de Licitação, em Razão do Valor serão comunicadas aos proponentes via plataforma.

**16.5 -** Os casos omissos neste Aviso serão resolvidos pelo (a) Agente Público, nos termos da legislação pertinente.

**16.6 -** A participação do proponente nesta Dispensa de Licitação, em Razão do Valor implica aceitação de todos os termos deste Aviso.

**16.7 -** Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

**16.8 -** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Aviso será o da Comarca de Naviraí, Estado Mato Grosso do Sul, considerado aquele a que está vinculado a (a) Agente Público.

**16.9 -**  O (a) Agente Público, atenderão aos interessados no horário das 7h às 13h (horário de Mato Grosso do Sul), de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Naviraí/MS, para melhores esclarecimentos, que não impliquem resposta de Decisão.

**16.10 -** A documentação apresentada para fins de habilitação fixada na plataforma, da Empresa vencedora fará parte dos autos da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor e não poderão ser retiradas a pedido do proponente.

**16.11 -** Caso o interessado queira observar os documentos acostados ao edital, ele deverá se dirigir até a NAVIRAÍRPEV**, situado na Av Amélia Fukdua, nº 170 - Centro, no horário das 07h:00min às 13h:00min (horário local), munido de Requerimento,** solicitando Vistas ao Processo.

**16.12 -** As condições estabelecidas no aviso e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 92 da Lei 14.133/2021, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 95 da mesma Lei já mencionada.

**16.13** - Atendida à conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com **o Artigo 125, seus parágrafos e incisos da Lei nº 14.133/2021.**

**16.14** O (a) Agente Público poderá solicitar quando julgar necessário a inclusão de documentos complementares, após a disputa, para melhor instrução processual **(Documentos Complementares (Pós-disputa).**

1. **Declaração** do interessado, comprometendo-se a informar a qualquer tempo, sob as penalidades cabíveis, a existência de **fatos supervenientes impeditivos** de contratação e habilitação com a administração pública, conforme **Anexo VI** deste edital.
2. **Declaração assinada** por quem de direito, que **não emprega menores de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo do **Anexo VII** deste edital;
3. **Declaração conhecimento e aceitação do teor do aviso** e ou **Declaração de Responsabilidade**, conforme modelo constante no **Anexo VIII**, de que concorda integralmente e sem restrições, com todas as condições impostas por este processo licitatório;
4. **Declaração** de que **NÃO possui impedimentos previstos no Art.7º, III na lei 14.133/2021.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Dispensa de Licitação, em Razão do Valor para fornecimento de bens, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela Dispensa de Licitação, em Razão do Valor (Prefeitura Municipal de Naviraí/MS), conforme modelo constante no **(Anexo IX).**
5. **Declaração** de Comprometimento de que cumpre as exigências de reserva de **cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas; **(Anexo X).**
6. **Declaração** de que suas **propostas econômicas** compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; **(Anexo XI)**
7. **Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP.,** firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06 e § 2ºdo Art. 4º da Lei 14.133/2021, com data de emissão não superior a **30 (trinta) dias** da abertura da licitação; **(Anexo XII).**

**PARAGRAFO ÚNICO –** Os demais documentos exigidos nesse instrumento convocatório deverão ser apresentados, nos termos em que foram solicitados, não haverá interpretação diversa, para os mencionados Acórdãos.

**17 – COMPÕEM ESTE AVISO, OS ANEXOS:**

* ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA;
* ANEXO 02 – FORMULÁRIO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA O INTERESSADO;
* ANEXO 03 – MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS;
* ANEXO 04 - MINUTA DO CONTRATO/OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
* ANEXO 05 - AUTORIZAÇÃO DE COMPRA/ ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO;
* ANEXO 06 - DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE HABILITAÇÃO;
* ANEXO 07 – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENORES;
* ANEXO 08 – DECLARAÇÃO DE EM SEU QUADRO DE COLABORADORES NÃO INTEGRAM NENHUM AGENTE PUBLICO (Declaração de Inexistência de Parente);
* ANEXO 09 – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGO PARA PDE E REABILITADO DA PREVIDÊNCIA;
* ANEXO 10 – DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONOMICA;

ANEXO 11 - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP;

Eu, Erica Barbosa de Araújo Strada, assistente administrativo da NAVIRAÍPREV, matrícula 3600-5, digitei o presente edital com autorização do ordenador de despesas. E eu, Moisés Bento da Silva Júnior, Diretor-Presidente conforme Decreto nº 61/2024, conferi-o e a subscrevi.

Naviraí, 7 de agosto de 2025.

**Alessandro José Florenciano Gazola**

Agente Público

Conforme Portaria nº 006/2024/NAVIRAÍPREV.

**Erica Barbosa de Araujo Strada**

Assistente Administrativo da NAVIRAÍPREV

**Moisés Bento da Silva Júnior**

Diretor-presidente da NAVIRAÍPREV

Decreto nº 61/2024

## ****TERMO DE REFERÊNCIA****

**Processo Administrativo nº 06/2025**

### ****DEFINIÇÃO DO OBJETO****

1.1 **Natureza do Objeto**

O presente Termo de Referência tem por objeto Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, sendo: aparelhos de ar-condicionado tipo Split, purificador de água, cafeteira elétrica, televisor e lavadora de alta pressão, com entrega e instalação, para atender as necessidades da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Naviraí – Naviraíprev, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 **Quantitativos**

Serão adquiridos, de forma unitária, os seguintes equipamentos:

* **01 Aparelho purificador de água**;
* **01 Aparelho de ar-condicionado (split)**;
* 01 Cafeteira Elétrica;
* **01 Lavadora de alta pressão;**
* **01 Televisão (smart TV).**

1.3 **Prazo Contratual Previsto**

A contratação terá vigência de **até 60 (sessenta) dias**, contados da assinatura do contrato ou equivalente instrumento hábil, compreendendo o fornecimento, entrega e instalação (quando aplicável) dos bens.

1.4 **Possibilidade de Prorrogação**

Por se tratar de aquisição de bens, e considerando a natureza do objeto como de entrega imediata ou em parcela única, **não haverá prorrogação contratual**, nos termos do art. 105, §1º da Lei nº 14.133/2021.

1.5 **Descrição Técnica dos Bens**

As especificações técnicas mínimas dos itens a serem adquiridos são:

**Purificador de água**: Aparelho purificador de água de parede tipo: Deionizador, voltagem: Bivolt v, capacidade: 2 l/h, vazão: 100 l/h, temperatura de água gelada, natural material gabinete: Plástico polietileno e fibra de vidro , características adicionais: 9w, processo por resina mista catiônica e iônica compressor econômico baixo consumo de energia ; bandeja pingadeira e bico removível

**Aparelho de ar-condicionado split**: Aparelho ar condicionado tipo: Split hi wall , modelo: Split inverter, capacidade refrigeração: 24.000 btu/h, tensão: 220 v, freqüência: 60 hz, características adicionais: Com controle remoto sem fio , características adicionais 1: Controle remoto s/fio, quente/frio, selo procel , garantia: 1 ano

**Cafeteira elétrica**: Máquina de café expresso automática com as seguintes características: Painel de comando frontal com display; opções de café curto, longo, água quente ou vapor; 5 níveis de ajustes de moagem; moedores em cerâmica; corpo da caldeira em alumínio; recipiente de grão: 500 gramas; reservatório de água: 2,5 litros; voltagem: 127 volts; potência: 1700 watts; pressão: 15 bar; moinho ajustável; bandeja removível de resíduos; ajuste de quantidade de café; opção dose dupla; filtro removível; itens inclusos: A. Máquina automática de café; b. Manual de instruções; c. Cabo de força; d. Chave de ajuste de moinho

**Lavadora de alta pressão**: Lavadora alta pressão, pressão:1800 psi, vazão:360 l/h, potência consumida:1500w cv tensao:220v catmat 10687

**Smart tv**: Aparelho televisor tamanho tela: 50 pol, voltagem: Bivolt v, características adicionais: Entradas hdmi, usb, bluetooth, wifi, tipo tela: Led, acessórios: Controle remoto

As especificações foram elaboradas com base em catálogos padronizados e nas boas práticas de mercado, garantindo a padronização e a funcionalidade dos bens para uso institucional.

1.6 **Locais de Entrega**

Os bens deverão ser entregues, embalados e acompanhados de manual de instruções, certificado de garantia e nota fiscal, na sede do órgão contratante, situada na Avenida AMélia Fukuda, nº. 170, centro, Naviraí/MS, CEP: 79947-128, em dias úteis, no horário das 7h às 11h e das 13h às 17h.

1.7 **Regras de Recebimento Provisório e Definitivo**

O recebimento será efetuado em conformidade com os arts. 140 a 144 da Lei nº 14.133/2021:

**Recebimento provisório**: ocorrerá no momento da entrega física dos bens, mediante conferência da integridade e quantidade dos itens.

**Recebimento definitivo**: dar-se-á após a verificação da conformidade com as especificações técnicas exigidas, funcionamento adequado, integridade dos equipamentos e documentação completa, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

1.8 **Garantias, Manutenção e Assistência Técnica**

Todos os equipamentos deverão ter **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo. O fornecedor deverá garantir o funcionamento dos bens durante o período de garantia, responsabilizando-se por reparos, substituições ou manutenção corretiva, sem ônus para a Administração. Além disso, deverá assegurar o fornecimento de assistência técnica autorizada no território nacional, com disponibilidade de peças de reposição por, no mínimo, 5 (cinco) anos, conforme aplicável.

### ****2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO****

2.1 **Necessidade Concreta da Administração**

A presente contratação visa suprir necessidades operacionais identificadas no ambiente de trabalho do órgão, relacionadas ao conforto térmico, abastecimento de água potável, apoio a atividades cotidianas, higienização de espaços e melhoria da comunicação institucional. O levantamento realizado demonstrou que a ausência ou a obsolescência dos equipamentos compromete a eficiência dos serviços administrativos e institucionais, além de afetar diretamente a qualidade do ambiente de trabalho e o atendimento ao público.

2.2 **Problema a Ser Solucionado**

A falta de determinados bens permanentes essenciais tem causado dificuldades no cotidiano da equipe de trabalho, tais como: exposição dos servidores a ambientes com temperaturas elevadas, prejudicando a produtividade e o bem-estar; ausência de purificador adequado de água, impactando a salubridade no ambiente de trabalho; dificuldade na oferta de apoio logístico básico (como preparo de bebidas quentes); carência de equipamentos para higienização eficaz de áreas externas e superfícies de acesso comum; impossibilidade de realização de apresentações institucionais e divulgação de conteúdos em reuniões, treinamentos ou atendimentos, pela ausência de equipamento audiovisual adequado.

2.3 **Referência ao Estudo Técnico Preliminar (ETP)**

A presente contratação está embasada no **Estudo Técnico Preliminar nº 06/2025**, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual demonstrou, por meio da análise de alternativas de solução, que a aquisição direta dos bens, por meio de licitação, é a forma mais adequada e vantajosa de atendimento à demanda institucional.

Adicionalmente, o ETP conclui que os equipamentos propostos representam solução adequada, com boa relação custo-benefício e alinhada ao interesse público, não sendo identificadas alternativas mais vantajosas, inclusive quanto à possibilidade de locação ou remanejamento de equipamentos entre setores.

### ****3.DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO****

3.1 **Solução Selecionada Após Análise Comparativa**

Após análise das possíveis alternativas no Estudo Técnico Preliminar nº 06/2025, concluiu-se que a **aquisição direta e definitiva dos equipamentos novos**, por meio de procedimento licitatório, é a solução mais adequada para suprir as necessidades da Administração. Foram descartadas, por inviabilidade técnica e econômica, as opções de locação, remanejamento interno e reaproveitamento de bens obsoletos. A solução escolhida atende de forma mais eficaz aos objetivos institucionais, com menor custo no médio e longo prazo.

3.2 **Visão Integrada do Ciclo de Vida do Objeto**

A escolha dos bens observou uma abordagem de ciclo de vida, com foco na durabilidade, eficiência energética e facilidade de manutenção dos equipamentos. Foram priorizados itens com:

**Baixo consumo de energia**, conforme classificação A do Programa Brasileiro de Etiquetagem do Inmetro (ar-condicionado, purificador de água e TV);

**Tecnologia atualizada e compatível com o uso intensivo institucional**;

**Garantia mínima de 12 meses** e ampla rede de **assistência técnica autorizada nacional**;

**Disponibilidade de peças de reposição** por, no mínimo, 5 anos, reduzindo a geração de resíduos e prolongando o uso útil dos bens.

Essa abordagem visa reduzir custos indiretos ao longo do tempo, como consumo excessivo de energia elétrica, paradas operacionais por falhas técnicas e descarte precoce de equipamentos.

3.3 **Preferência por Soluções Inovadoras e Sustentáveis**

Em conformidade com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a Administração buscou incorporar critérios de sustentabilidade e inovação no escopo da contratação. Foram adotadas as seguintes diretrizes:

Priorização de **produtos com selo Procel/INMETRO categoria A**, promovendo o uso racional de energia;

Preferência por equipamentos com **materiais recicláveis e livres de substâncias nocivas** ao meio ambiente;

Inclusão, no edital, de cláusulas que exijam do fornecedor a **destinação ambientalmente adequada das embalagens**, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

Fomento à inovação com a exigência de **smart TV com conectividade** e funcionalidades que ampliem seu uso para múltiplas finalidades institucionais, como treinamentos, divulgação de conteúdos públicos e reuniões técnicas.

Dessa forma, a solução proposta está alinhada aos princípios da economicidade, sustentabilidade ambiental e eficiência administrativa, proporcionando ganhos institucionais tangíveis e intangíveis para a Administração Pública.

### ****REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****

* 1. **Requisitos Técnicos e Funcionais Essenciais**

Os bens a serem adquiridos deverão atender, minimamente, às seguintes condições técnicas e funcionais:

**Purificador de água**: Aparelho purificador de água de parede tipo: Deionizador , voltagem: Bivolt v, capacidade: 2 l/h, vazão: 100 l/h, temperatura de água gelada, natural material gabinete: Plástico polietileno e fibra de vidro , características adicionais: 9w, processo por resina mista catiônica e iônica compressor econômico baixo consumo de energia ; bandeja pingadeira e bico removível

**Aparelho de ar-condicionado split**: Aparelho ar condicionado tipo: Split hi wall , modelo: Split inverter , capacidade refrigeração: 24.000 btu/h, tensão: 220 v, freqüência: 60 hz, características adicionais: Com controle remoto sem fio , características adicionais 1: Controle remoto s/fio, quente/frio, selo procel , garantia: 1 ano

**Cafeteira elétrica**: Máquina de café expresso automática com as seguintes características: Painel de comando frontal com display; opções de café curto, longo, água quente ou vapor; 5 níveis de ajustes de moagem; moedores em cerâmica; corpo da caldeira em alumínio; recipiente de grão: 500 gramas; reservatório de água: 2,5 litros; voltagem: 127 volts; potência: 1700 watts; pressão: 15 bar; moinho ajustável; bandeja removível de resíduos; ajuste de quantidade de café; opção dose dupla; filtro removível; itens inclusos: A. Máquina automática de café; b. Manual de instruções; c. Cabo de força; d. Chave de ajuste de moinho

**Lavadora de alta pressão**: Lavadora alta pressão, pressão:1800 psi, vazão:360 l/h, potência consumida:1500w cv tensao:220v catmat 10687

**Smart tv**: Aparelho televisor tamanho tela: 50 pol, voltagem: Bivolt v, características adicionais: Entradas hdmi, usb, bluetooth, wifi, tipo tela: Led, acessórios: Controle remoto.

* 1. **Requisitos Operacionais**
* Todos os produtos deverão ser entregues novos, sem uso, em embalagens originais de fábrica, com manuais em português e nota fiscal regular;
* Deverão ser compatíveis com a infraestrutura elétrica existente, conforme indicado no edital;
* A contratada será responsável por realizar eventuais testes de funcionamento no ato da entrega e instalação, quando exigido.
  1. **Requisitos Legais**
* Os bens deverão estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, certificações do INMETRO e demais exigências legais vigentes;
* A empresa contratada deverá apresentar, no momento da contratação, documentação que comprove a regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme edital;
* Os produtos devem possuir garantia mínima de 12 (doze) meses e contar com assistência técnica autorizada no território nacional.
  1. **Aspectos de Sustentabilidade**

Em observância aos princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Administração Pública, a contratação deverá observar os seguintes critérios:

**Ambiental**

* Equipamentos com selo de eficiência energética do Inmetro (nível A);
* Prioridade para gases refrigerantes não agressivos à camada de ozônio;
* Preferência por produtos com materiais recicláveis ou biodegradáveis nas embalagens;
* Recomendação de devolução ou destinação adequada das embalagens.

**Social**

* Valorização de empresas que observem práticas trabalhistas regulares e responsabilidade social (a ser previsto em edital como critério de desempate ou pontuação técnica, se cabível);
* Reforço da acessibilidade: manuais em português, interfaces visuais claras e intuitivas, botões em relevo (para eletrodomésticos, quando aplicável).

**Econômica**

* Foco na durabilidade e manutenção preventiva dos bens;
* Garantia de assistência técnica disponível no mercado nacional, minimizando despesas futuras com manutenção e substituição precoce de equipamentos.

4.5 **Vedação a Requisitos Excessivos**

A Administração assegura que as especificações adotadas neste Termo de Referência têm caráter técnico mínimo necessário para a adequada execução da contratação, **evitando exigências desproporcionais** que restrinjam a competitividade entre os potenciais licitantes, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

窗体顶端

窗体底端

### ****EXECUÇÃO DO OBJETO****

* 1. **Execução Contratual: Etapas e Prazo**

A execução do contrato se iniciará com a **assinatura do instrumento contratual** (ou equivalente, se dispensado), a partir da qual a contratada será formalmente autorizada a iniciar a entrega dos bens.

* **Prazo de entrega**: a contratada terá o prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** para realizar a entrega integral dos bens, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.
* **Instalação (quando aplicável)**: nos casos de bens que exigem instalação, esta deverá ocorrer **em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega**, sob responsabilidade da contratada.
* **Encerramento**: o contrato será considerado encerrado após o **recebimento definitivo dos bens** pela Administração, desde que atestada a conformidade técnica e documental exigida.
  1. **Responsabilidades da Contratada**

A contratada deverá:

* Fornecer os bens conforme as **especificações técnicas estabelecidas** neste Termo de Referência e no edital;
* Garantir que todos os produtos sejam **novos, originais de fábrica, sem uso anterior**, com manuais em português e todos os acessórios exigidos para seu funcionamento;
* Realizar a **entrega no endereço indicado** pela Administração, observando prazos, horários e condições acordadas;
* Oferecer **garantia mínima de 12 meses**, conforme previsto, incluindo substituição ou reparo dos produtos com defeito de fabricação, sem ônus adicional para a Administração;
* Comunicar, formal e previamente, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do contrato, apresentando justificativas e alternativas viáveis.
  1. **Requisitos de Desempenho e Padrões Mínimos**
* Os bens deverão estar **em perfeitas condições de funcionamento**, atendendo aos padrões de qualidade exigidos pelas normas técnicas brasileiras (ex. ABNT, INMETRO);
* Os equipamentos devem ser entregues com **manual de uso e instalação**, nota fiscal, certificado de garantia e demais documentos comprobatórios da origem e conformidade;
* Os **testes operacionais**, quando aplicáveis, deverão ser realizados na presença de servidor designado pela Administração, para verificação da adequação funcional dos equipamentos;
* Eventuais **defeitos ou inconformidades** identificados no ato do recebimento provisório ou definitivo deverão ser sanados em até **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato.
  1. **Rotinas a Serem Seguidas pela Contratada**

A contratada deverá observar as seguintes rotinas:

* Realizar agendamento prévio para entrega, garantindo a presença de servidor responsável pelo recebimento;
* Apresentar protocolo de entrega e checklist de verificação funcional, quando couber;
* Manter canal de atendimento disponível para eventual acionamento da garantia, com resposta em até 48 horas úteis;
* Respeitar normas internas do local de entrega, incluindo horários, segurança e regras de acesso.

### ****GESTÃO DO CONTRATO****

6.1 **Procedimentos de Fiscalização da Execução Contratual**

A fiscalização da execução do contrato será exercida de forma contínua, sistemática e documentada, visando assegurar o cumprimento integral das obrigações pactuadas, conforme previsto nos artigos 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021.

A atuação fiscalizatória compreenderá:

* Acompanhamento do cumprimento dos prazos de entrega;
* Verificação da conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência;
* Realização de testes de funcionamento nos equipamentos que exigem verificação funcional;
* Controle de documentos exigidos (nota fiscal, certificados de garantia, manuais, etc.);
* Registro de eventuais falhas ou irregularidades, com emissão de notificações para correção tempestiva;
* Avaliação do atendimento das condições de garantia, se for o caso, durante o prazo contratual.
* 6.2 **Atores Responsáveis pela Gestão e Fiscalização**
* Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, serão formalmente designados por meio de portaria ou outro instrumento administrativo:
* **Gestor do Contrato**: servidor responsável por acompanhar a execução global do contrato, adotar as providências administrativas e manter interlocução com a contratada.
* **Fiscal Técnico**: servidor ou equipe responsável pela verificação técnica dos bens, conferência dos aspectos funcionais e de desempenho.
* **Fiscal Administrativo** (se necessário): responsável por verificar os aspectos documentais e administrativos da execução contratual.
* Os nomes e atribuições específicas de cada agente serão indicados no instrumento convocatório e/ou no momento da assinatura contratual.

6.3 **Verificação do Cumprimento das Obrigações Contratuais**

A verificação será feita mediante:

* **Checklist de recebimento** preenchido pelo fiscal técnico, no momento da entrega dos bens;
* **Relatórios de fiscalização** assinados pelo(s) fiscal(is), com registros de conformidade, inconformidades e ações corretivas solicitadas;
* **Termo de recebimento definitivo**, emitido após a verificação da adequação dos bens, funcionando como atesto para fins de pagamento, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
* **Comunicações formais** com a contratada, por meio de ofícios, e-mails institucionais ou sistema próprio, assegurando a rastreabilidade das interações.
* O descumprimento contratual, uma vez caracterizado, poderá ensejar aplicação de penalidades administrativas, nos termos da legislação vigente e do edital.

### ****MEDIÇÃO E PAGAMENTO****

* 1. **Critérios de Medição para Fins de Pagamento**

Considerando que o objeto da contratação é a **aquisição de bens permanentes**, com entrega em parcela única, o pagamento estará condicionado à verificação da conformidade integral dos itens entregues com as especificações constantes deste Termo de Referência e do edital.

A medição será realizada de forma **quantitativa e qualitativa**, com base nos seguintes critérios:

* Entrega completa dos itens contratados, de acordo com os quantitativos e especificações técnicas exigidas;
* Apresentação de nota fiscal válida e compatível com os bens fornecidos;
* Entrega dos documentos exigidos: manuais, certificados de garantia, relatórios de instalação (quando aplicável);
* Ausência de vícios aparentes ou avarias nos bens.

7.2 **Unidade de Medição Aplicável**

A unidade de medição será **por item entregue**, conforme a lista de bens especificada. A medição será feita **por unidade (un)**, com atesto da conformidade técnica pelo fiscal designado.

* 1. **Forma, Condições e Prazos de Pagamento**

O pagamento será realizado **em parcela única**, após a entrega integral dos bens e atesto do **recebimento definitivo**, observados os prazos legais para liquidação da despesa pública.

O prazo máximo para pagamento será de **até 30 (trinta) dias úteis** após o recebimento definitivo e apresentação da nota fiscal correta, nos termos do art. 141, §1º da Lei nº 14.133/2021.

A nota fiscal deverá ser emitida em nome do órgão contratante e conter todos os dados exigidos pela legislação tributária.

O pagamento será efetuado mediante crédito em conta bancária da contratada, indicada no contrato, sendo vedado o pagamento em espécie ou por meio de terceiros.

7.4 **Instrumentos de Medição de Resultados (IMR) ou Acordo de Nível de Serviço (ANS)**

Por se tratar de **fornecimento de bens**, com entrega imediata e em parcela única, **não se aplica** a adoção de Acordos de Nível de Serviço (ANS) ou Instrumentos de Medição de Resultados (IMR) contínuos. No entanto, a **verificação da conformidade técnica e funcional dos bens entregues será considerada como condição essencial para a medição e liberação do pagamento**, funcionando como etapa única de avaliação do resultado da contratação.

### ****8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR****

8.1 **Natureza do Objeto: Comum ou Especial**

Os bens descritos neste Termo de Referência são classificados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, por possuírem especificações usuais e correntes no mercado, com padrões objetivos de desempenho e qualidade que podem ser definidos com precisão no edital, permitindo a comparação uniforme entre as propostas.

8.2 **Critério de Julgamento**

Será adotado o critério de **menor preço**, conforme previsto no art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021, por ser o mais compatível com a natureza da contratação, considerando que os bens possuem especificações padronizadas, de fácil comparação entre os fornecedores, e que a seleção do menor valor assegura economicidade sem comprometer a qualidade exigida.

8.3 **Modo de Disputa**

O processo licitatório será conduzido com **modo de disputa aberto**, nos termos do art. 32, inciso I da Lei nº 14.133/2021, permitindo que os licitantes apresentem lances sucessivos e decrescentes em sessão pública, promovendo a concorrência ampla e transparente.

Alternativamente, caso se entenda mais adequado à realidade do órgão, poderá ser utilizado o **modo de disputa aberto-fechado**, com justificativa técnica que demonstre vantagem para a Administração, conforme inciso II do mesmo artigo.

8.4 **Justificativa da Escolha do Critério e Modo de Disputa**

A adoção do critério de **menor preço** justifica-se pela natureza do objeto, que é padronizado, amplamente comercializado no mercado nacional e sem exigência de soluções técnicas personalizadas ou complexas. A comparação direta de preços entre os licitantes garante a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O **modo de disputa aberto** foi escolhido por favorecer o ambiente competitivo e possibilitar lances em tempo real entre os fornecedores, o que tende a gerar preços mais vantajosos. Tal escolha está em conformidade com os princípios da economicidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

1. **ESTIMATIVA DE PREÇO**

Com base no **art. 6º, XXIII, “i” da Lei nº 14.133/2021**, no **art. 9º, IX da Instrução Normativa SEGES nº 81/2022**, e em conformidade com os critérios estabelecidos pela **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, informa-se que a **estimativa de preços** para a presente contratação foi elaborada a partir de **pesquisa de mercado**, cujas fontes incluem fornecedores consultados diretamente, portais eletrônicos especializados e painéis públicos oficiais, conforme metodologia definida no relatório de pesquisa de preços que acompanha este Termo de Referência.

A estimativa foi consolidada com base na média dos valores obtidos em conformidade com os parâmetros legais e levou em consideração as especificações técnicas dos bens, condições de garantia, entrega e assistência técnica. Ressalta-se que os valores apurados são compatíveis com os praticados no mercado e refletem o custo estimado para a aquisição dos bens nas condições previstas, sendo esta estimativa utilizada como referência para definição do valor máximo aceitável pela Administração.

### ****ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****

A presente contratação conta com **dotação orçamentária específica e suficiente**, devidamente prevista no orçamento do exercício vigente, compatível com o valor estimado para a aquisição dos bens descritos neste Termo de Referência. A reserva orçamentária será formalizada antes da assinatura do contrato, conforme determina o art. 7º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, assegurando a regularidade da execução financeira da despesa.

A aquisição será realizada por meio de procedimento de dispensa de licitação por valor, com **recursos do orçamento ordinário** do órgão, **não estando vinculada ao sistema de registro de preços**, uma vez que se trata de compra pontual e em parcela única, sem necessidade de fornecimento contínuo ou adesão por múltiplas unidades da Administração.

Naviraí, 23 de julho de 2025.

**Alessandro José Florenciano Gazola**

Equipe de Planejamento

De acordo:

**MOISES BENTO DA SILVA JÚNIOR**

Diretor-Presidente da NAVIRAÍPREV

###### ANEXO 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PROPOSTA DE PREÇO | **TIPO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** | **NÚMERO** | **FOLHA** |
| **Dispensa Eletrônica** | **005/2025** | **01/01** |
| **RAZÃO SOCIAL:** | | **CNPJ:** | **INSC. ESTADUAL:** |
| **ENDEREÇO:** | | **FONE-FAX:** | **E-MAIL:** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **ITEM** | **QT** | **UN** | **ESPECIFICAÇÃO** | **MARCA** | **VALOR UN** | **VALOR TOTAL** |
| 1 | 1 | 1,0 | UN | APARELHO PURIFICADOR DE ÁGUA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA |  |  |  |
| 2 | 1,0 | UN | **APARELHO DE AR-CONDICIONADO DE 24.000BTUS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA** |  |  |  |
| 3 | 1,0 | UN | **MÁQUINA DE CAFÉ EXPRESSO AUTOMÁTICA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA** |  |  |  |
| 4 | 1,0 | UN | **LAVADORA DE ALTA PRESSÃO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA** |  |  |  |
| 5 | 1,0 | UN | **TV DE 50’ SMART CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA** |  |  |  |

|  |
| --- |
| **TOTAL GERAL R$ -** |

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições contidas no Aviso da presente Dispensa de Licitação, em Razão de valor modalidade Dispensa Eletrônica nº. **005/2025**, bem como verifiquei todas as especificações nele contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte. Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta

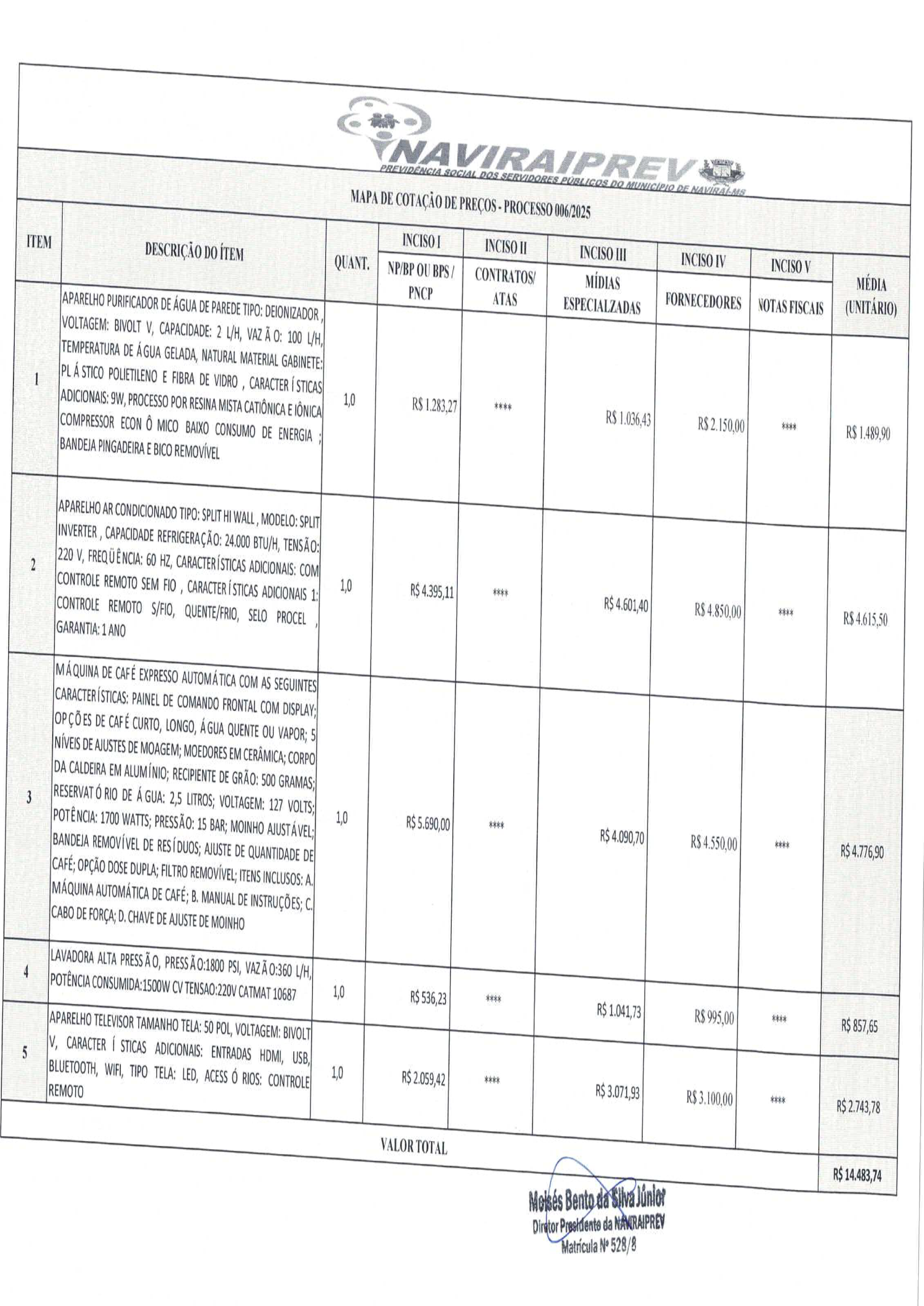
proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**: MÍNIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DA ABERTURA DA MESMA.

(Local)............................., data.................................de 2025.

Nome e assinatura do responsável/representante da empresa.

CPF nº...........................

**ANEXO 3** 

**ANEXO 04**

**MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE COMPRA**

**AUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº.: 000/2025**

**INSTRUMENTO EM SUBSTITUIÇÃO AO CONTRATO CONFORME §2, art. 95 e art. 92 da Lei Federal 14.133/21 -**

**DATA DE EMISSÃO: xx/xx/2025 --------PROCESSO Nº.: 006/2025 --------Dispensa Eletrônica Nº.: 005/2025**

**AUTORIZAÇÃO DE COMPRA REFERENTE AO EMPENHO CONTÁBIL Nº.: xx/2025**

|  |  |
| --- | --- |
| Fornecedor | : |

|  |  |
| --- | --- |
| Endereço | : |

|  |  |
| --- | --- |
| Cidade | : UF: |

|  |  |
| --- | --- |
| CNPJ | **:** |
| Órgão | : **NAVIRAIPREV** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Objeto | | **AQUISIÇÃO DE CAFÉ, DETERGENTE, SABÃO EM PEDRA E PAPEL HIGIÊNICO PARA ATENDER PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS- NAVIRAÍPREV** |
| DOTAÇÃO | **Dotação:** 0900109.272.0301.2.115 - **Elemento de Despesa:** 44\_90.52 | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **lote** | **item** | **DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS** | **UN** | **QUANT.** | **MARCA** | **Valor UN** | **Valor total** |
| **1** | **1** | APARELHO PURIFICADOR DE ÁGUA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA | UN | 1,0 |  | R$ | R$ |
| **2** | **2** | APARELHO DE AR-CONDICIONADO DE 24.000BTUS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA | UN | 1,0 |  | R$ | R$ |
| **3** | **3** | MÁQUINA DE CAFÉ EXPRESSO AUTOMÁTICA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA | UN | 1,0 |  | R$ | R$ |
| **4** | **4** | LAVADORA DE ALTA PRESSÃO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA | UN | 1,0 |  | R$ | R$ |
|  | **5** | TV DE 50’ SMART CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA | UN | 1,0 |  |  |  |

|  |
| --- |
| **PRAZO DE ENTREGA:** Em até 15 (quinze)) dias após o recebimento da Autorização de Compra. |
| **FORMA DE PAGAMENTO: EM 30 (TRINTA) DIAS, APÓS A APRESENTAÇÃO DA FATURA DEVIDAMENTE ATESTADA** |

**ATENÇÃO**:

1. A licitante vencedora ficará obrigada, a entregar os produtos de acordo com especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA parte integrande do Processo nº 006/2025 - Dispensa Eletrônica nº 005/2025 inclusive no que se refere as garantias. Caso o produto venha a ser recusado por estarem desconformidade com o solicitado a substituição/trocar dos produtos com defeitos ou fora das especificações, deveram ser por conta da empresa, ressalta-se sendo que ato de recebimento do produto não importará sua aceitação
2. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da NAVIRAÍPREV, encarregada de acompanhar a entrega dos materiais prestando esclarecimentos solicitados atendendo reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um dos servidores lotados na Previdência.
3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da efetiva entrega da prestação dos serviços desta licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.
4. As Notas Fiscais devem obrigatoriamente vim acompanhadas dos seguintes documentos:
5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**);
6. Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da **União**, abrangendo às Contribuições Sociais, de acordo com a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014.
7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos de Tributos **Estaduais**;
8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito **Municipal** da sede do licitante;
9. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito **Trabalhistas** - CNDT

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**MOISÉS BENTO DA SILVA JÚNIOR**

Diretor-Presidente do NAVIRAIPREV

Conforme Decreto nº . 061/2024

**ATO DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DA AUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_ .**

**PROCESSO Nº 006/2025.**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 005/2025**

**EMPRESA: .............................................................**

**CNPJ Nº: ..........................................................**

* 1. **OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS - NAVIRAÍREV .**

**Moisés Bento da Silva Júnior**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas conforme Decreto nº. 61/2024, brasileiro, portador do CPF/MF nº. 456.xxx.xxx-00, residente e domiciliado nesta cidade a Rua Paris nº 37 – Centro; no uso de suas atribuições, designam os fiscais de Contratos, em conformidade com o art. 117 da Lei nº.14.166/21 de 01 de abril de 2021, Decreto nº039/2023, Instruções Normativas nº 01 e nº 02/2017 do Controle Interno e a Resolução n° 54/2016 do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

**Art.1º** Designar os servidores abaixo com o encargo de Fiscal do Contrato nº. \_\_\_\_\_\_\_ / 2025.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Gerência** Ordenadora de Despesa | **FISCAL TITULAR** | | **FISCAL SUPLENTE** | |
| Nome | Matrícula | Nome | Matrícula |
| NAVIRAÍPREV | Alessandro José Florenciano Gazola | 22-1 | Erica Barbosa de Araujo Strada | 3600-5 |

**Art. 2º** São atribuições do fiscal de contrato:

Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato;

* Manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual tempestivamente, das irregularidades encontradas, das providências que determinaram os incidentes verificados e do resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à autoridade superior sobre ocorrências para ciência e apreciação para providências;
* Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em resposta a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
* Propor mediante apreciação do Gestor a aplicação de sanções administrativa à contratada em virtude de inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais e instruções e ordens da fiscalização;
* Atestar a entrega dos produtos efetivamente, mediante notas fiscais para posterior pagamento;
* Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;
* Manifestar quanto à oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência;

**Art. 3º** Dê ciência aos interessados.

**Art. 4º** Autue-se no processo.

Naviraí - MS,\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/2025.

|  |  |
| --- | --- |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **MOISÉS BENTO DA SILVA JÚNIOR**  Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas  Conforme Decreto nº.61/2024  **Contratante** | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Alessandro José Florenciano Gazola  Matrícula: 22-1  **Fiscal Do Contrato** | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Erica Barbosa de Araujo Strada  Matrícula: 3600-5  **Suplente de fiscal do contrato** |

**DISPENSA ELETRÔNICA \_\_\_\_/2024**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

inscrito no CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto da Lei nº 14.133/202, para fins do DISPENSA ELETRÔNICA nº **02/2025** da NAVIRAÍPREV, DECLARA expressamente que **cumpre plenamente os requisitos de habilitação** exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**DISPENSA ELETRÔNICA \_\_\_\_/2025**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGOS A MENOR**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

inscrito no CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no art. 62 da Lei 14.133, de 01 de abril 2021, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, **que não emprega menor de 18 anos (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: ( )emprega menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**DISPENSA ELETRÔNICA N°. \_\_\_\_/2025**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO TEOR DO EDITAL, DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, afirmo como representante legal da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_inscrita nº. CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_.

DECLARO, **conhecer todo o teor do edital** e **reconheço todas as responsabilidades, nele estabelecido**.

Ressalvado o direito recursal, bem como do que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do CNPJ

**DISPENSA ELETRÔNICA N°. \_\_\_\_/2025**

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE NÃO HAVER IMPEDIMENTOS / NÃO VINCULO**

**(Agente Público)**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

inscrito no CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, que **NÃO se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no Art.7º, III na lei 14.133/2021.**

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação para fornecimento de bens, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Prefeitura Municipal de Naviraí/MS)

**Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura**

**DISPENSA ELETRÔNICA N°. \_\_\_\_/2025**

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

inscrito no CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **Declara que c**omprometimento de que cumpre as exigências de reserva de **cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas;.

.

**Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura**

**DISPENSA ELETRÔNICA N°. \_\_\_\_/2025**

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONOMICA**

Eu,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

inscrito no CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Declaro que, minha **propostas econômicas** compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

**Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura**

**DISPENSA ELETRÔNICA N°. \_\_\_\_/2025**

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LEI 123/06 e 14.133/2021**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, afirmo como representante legal da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_inscrita nº. CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de não haver nenhum dos **impedimentos previstos** nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei **Complementar nº123/06, e** § 2ºdo Art. 4º da **Lei 14.133/2021**.

Com data de emissão **não** superior a **30 (trinta) dias** da abertura da licitação**.**

Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**DISPENSA ELETRÔNIA N°. \_\_\_/2025**

**ANEXO XII**

**FICHA DE CADASTRO DE REPRESENTANTE PARA PREENCHIMENTO DE CONTRATO.**

EMPRESA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CNPJ Nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, INSCRIÇÃO ESTADUAL:\_\_\_\_\_\_\_\_\_, TEL. DA EMPRESA:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, TEL. REPRESENTANTE:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR O INSTRUMENTO DO CONTRATO.

NOME:

CPF Nº:

RG Nº:

ENDEREÇO COMPLETO.

1. No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento da sessão. \* No modo de disputa “aberto e fechado” inicia-se com a apresentação de lances sucessivos (fase aberta), com envio final de um lance fechado pelos detentores das melhores propostas da fase aberta (fase fechada). \*\* No modo de disputa fechado e aberto, serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado. [↑](#footnote-ref-0)
2. Utilizar o dispositivo apenas se houver itens com participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em razão do valor, conforme art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

   Nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, não será aplicado esse tratamento diferenciado “*no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte*”. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. [↑](#footnote-ref-1)
3. A fase de habilitação poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases de apresentação de propostas e lances, nos termos do §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021. [↑](#footnote-ref-2)
4. As infrações e penalidades dispostas nesse item se referem especialmente às disposições da licitação, ficando no contrato os regramentos inerentes à fase contratual. [↑](#footnote-ref-3)
5. O valor da multa deverá observar o disposto no §1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

   Segundo o §3º do art. 156, a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta) por cento do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021. Deve-se fixar o percentual da multa proporcional à gravidade da infração.

   Há discricionariedade do gestor na fixação da multa, sendo os percentuais sugeridos meramente indicativos. Destaque-se que as infrações contidas 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6 são, pela própria legislação, considerados mais graves que as contidas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 .Permite-se, ainda, a modificação dos dispositivos para desmembrar as infrações e atribuir percentuais distintos. [↑](#footnote-ref-4)
6. Conforme estabelece o §4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, essa disposição deverá indicar o respectivo ente federativo a que pertence o órgão ou entidade sancionadora. [↑](#footnote-ref-5)
7. Conforme estabelece o §4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, essa disposição deverá indicar o respectivo ente federativo a que pertence o órgão ou entidade sancionadora. [↑](#footnote-ref-6)
8. Conforme estabelece o §1º do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, quando o órgão ou entidade não dispuser em seu quadro funcional de servidores estatutários, a comissão será composta por 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade. [↑](#footnote-ref-7)
9. [↑](#footnote-ref-8)